

## SUCESÃO NAS FAZENDAS FAMILIARES: PROBLEMAS E DESAFIOS

**Walber Machado de Oliveira**

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. Economista e mestre em administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e produtor rural. *E-mail:* <oliveirawalber@hotmail.com>.

**José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho**

Técnico de planejamento e pesquisa da Dirur do Ipea e professor do Programa de Pós-Graduação em agronegócio da Universidade de Brasília (Propaga/UnB). *E-mail:* <jose.vieira@ipea.gov.br>.

A participação dominante das fazendas familiares na estrutura da produção agropecuária, em todo o mundo, sugere que a discussão da sucessão nestes empreendimentos é de fundamental importância, para o presente e para o futuro. A segurança alimentar constitui um dos desafios às lideranças mundiais no século XXI, em função do desenvolvimento econômico já alcançado e das projeções demográficas de incremento da população. Atribui-se, ademais, à atividade agrícola, papel relevante e crescente na preservação do meio ambiente e no provimento de energia. Em face dessa realidade, torna-se imperativo examinar quais são os principais problemas e desafios que influenciam as organizações rurais. Dentre eles, destaca-se a sucessão geracional, na medida em que uma transição bem-sucedida enseja a continuidade das fazendas familiares, propiciando que a experiência acumulada pelas famílias na atividade facilite sua adaptação aos novos imperativos que a ela concorrem, com destaque para o papel da tecnologia.

Este texto para discussão tem o objetivo de suscitar o debate sobre o tema da sucessão das fazendas familiares, por meio da análise de algumas de suas características, como o seu caráter processual e dinâmico, e do exame de questões relevantes para o seu transcorrer, como a criteriosa avaliação da realidade e do potencial econômico-financeiro do negócio e as perspectivas individuais de atores-chave do processo, como o proprietário e chefe de família e seu potencial sucessor. Cabe ressaltar que a literatura internacional reúne alguns trabalhos seminais sobre a temática, os quais confirmam que, a despeito de sua importância, o processo sucessório é, em regra, pouco debatido no seio das famílias, sobretudo porque é a ele inerente a mescla de aspectos objetivos, atinen-

tes à esfera dos negócios, a elementos de natureza subjetiva, como os relacionamentos e as percepções acerca da família e do empreendimento. Destarte, evitar sua abordagem poupa os atores de eventuais desgastes ou conflitos interpessoais, porém é atitude que sugere negligência quanto ao planejamento do futuro e que coloca em risco a gestão do negócio e as trajetórias profissionais dos envolvidos.

O papel ocupado pelo Brasil no cenário da produção mundial de alimentos e a relevância das fazendas familiares como unidade de produção preponderante na atividade agropecuária sugerem, a exemplo do que vem ocorrendo em outros países, a promoção do debate sobre o processo sucessório e a análise pormenorizada de suas características. Cada vez mais intensivo em capital, o setor passa por transformações estruturais que impactam diretamente a gestão das fazendas. Neste contexto, o planejamento da sucessão se situa no escopo mais amplo do planejamento estratégico da propriedade. A proximidade com o meio ambiente, o conhecimento do solo, do relevo e do clima, a experiência acumulada ao longo de anos na atividade agropecuária, no manejo da lavoura e/ou do rebanho, a flexibilidade e a capacidade de adaptar-se às mudanças que interferem no cotidiano da fazenda são os fatores que favorecem a permanência e a predominância das fazendas familiares (Allen e Lueck, 2002; MacDonald, 2014). O desejo de transmitir um legado e o fator confiança tendem a favorecer a transferência de todo esse conhecimento acumulado às gerações seguintes da família. Entretanto, o alto custo da terra e as altas exigências de imobilização de capital na agricultura moderna implicam elevadíssimo risco financeiro para as famílias proprietárias.

No que concerne à formulação de políticas públicas, várias iniciativas são observadas, no plano internacional, para incentivar a transição intrafamiliar das propriedades e, também, para motivar o ingresso de novos agricultores. Entretanto, investir recursos na permanência dos jovens nas fazendas familiares que não são autossuficientes revelar-se-á pouco eficaz, senão inócuo. O custo de oportunidade de permanecer em uma atividade pouco produtiva e de baixa rentabilidade é alto. É previsível que, nestes casos, a atividade agropecuária funcione como uma forma de gerar renda complementar à família. O Brasil possui cerca de 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes, dos quais apenas pouco mais de 400 mil são responsáveis por cerca de 85% da produção declarada (Alves e Rocha, 2010). Resta, portanto, claro que a implementação de eventuais políticas públicas para promover ou incentivar a sucessão das gerações nas fazendas familiares deve observar estratégias diferentes, conforme o porte e a escala dos empreendimentos.

#### REFERÊNCIAS

ALLEN, D. W.; LUECK, D. **The nature of the farm: contracts, risk, and organization in agriculture.** Cambridge: MIT Press, 2002.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? *In*: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas.** Brasília: Ipea; Mapa, 2010.

MACDONALD, J. M. Family farming in the United States. **Usda**, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/NJgm51>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SUMÁRIO EXECUTIVO